

V-062 - PRODUÇÃO DE ÓLEO DE BURITI NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO ABONARI – AM: ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL NO CONTEXTO RURAL AMAZÔNICO

Gabriel dos Anjos Guimarães⁽¹⁾

Graduando em Engenharia Sanitária na Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Rute Holanda Lopes

Professora Adjunto da Universidade Federal do Amazonas – Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia

Moises Israel Belchior de Andrade Coelho

Professor Assistente da Universidade Federal do Amazonas – Mestre em Engenharia de Produção – COPPE

Endereço⁽¹⁾: Rua Nossa Sra. do Rosário – São Jorge, Itacoatiara – AM – CEP: 69100-000 – Brasil – e-mail: gaguimaraes09@gmail.com

RESUMO

A Amazônia desponta como estoque dessas novas fontes de matérias-primas, assim as empresas passaram a buscar seus fornecedores nas comunidades rurais desta região. A inserção na economia global altera profundamente estas relações, o acesso a bens, ao consumismo, ao capitalismo, na produção as exigências quanto a prazos, qualidade, quantidade muda a forma de interação com a floresta e as formas de trabalho e comercialização da produção. Partindo deste cenário, o objetivo deste trabalho foi o de “Analisar o contexto de uma agroindústria no cenário rural amazônico a partir da introdução da mini usina de beneficiamento do óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari”. Pôde-se perceber que o relacionamento da Associação com as empresas compradoras de óleo de buriti, atuantes no mercado, foram extremamente desfavoráveis, quanto à negociação com empresas compradoras e cumprimento de acordos comerciais. Verificou-se que a inclusão de uma comunidade de agricultores familiares na economia global precisa ser planejada. A forma como esses agricultores familiares relacionam-se com o ambiente é a garantia da sustentabilidade de suas práticas produtivas e dessa forma, é garantida a conservação de todos os elementos, materiais e culturais, envolvidos no processo.

PALAVRAS-CHAVE: Buriti, Extrativismo, Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Desde a habitação, o homem amazônico, o índio, o caboclo, o ribeirinho, precisa extrair a madeira e as folhas das palmeiras para a construção de sua moradia, a canoa seu meio de transporte principal também vem das árvores da floresta, assim como o seu alimento, seja a caça, o peixe ou os frutos como o açaí, o buriti, a castanha. Além destes, ele ainda retira da floresta os recursos medicinais que lhe foram repassados por seus pais e avós, a andiroba, a copaíba, entre outros. Portanto, a ligação desta população com a floresta e com o extrativismo é milenar e faz parte da sua vida. Essas culturas também passam por um processo de domesticação e são introduzidas nas suas plantações anuais, entre elas destaca-se a mandioca, o açaí, o cupuaçu, a andiroba, entre outras que estão presentes em seus sítios e roçados.

Explorá-las economicamente como parte de uma cadeia produtiva que se liga a indústrias nacionais e internacionais, dentro de uma racionalidade econômica capitalista baseada na produtividade e no lucro, é o elemento novo. A inserção na economia global altera profundamente estas relações, na produção as exigências quanto a prazos, qualidade, quantidade muda a forma de interação com a floresta e as formas de trabalho e comercialização da produção.

De um lado estão as grandes empresas de um mundo globalizado que visam à produção e incentivam o consumo em massa e, de outro, as sociedades regionais com seus recursos naturais e culturais em busca da sua preservação. Hall (1997) destaca que ao lado da homogeneização global coexiste a fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e alteridade, há um novo interesse pelo local. E é este interesse global pelo

local que potencializa a atratividade dos conhecimentos e saberes da população tradicional amazônica sobre o manejo e aplicação da biodiversidade local na medicina e na cosmetologia.

Na Amazônia, a agricultura e o extrativismo fazem parte do modo de vida e isto já dominava a forma de produção e sustento muito antes da chegada dos europeus. As populações indígenas que povoavam a região sempre se mantiveram com esta atividade e muitas etnias sobrevivem por esse sistema aliado a pequenas plantações até os dias atuais. As populações ribeirinhas que foram se instalando pela região também associaram o extrativismo a agricultura como forma de subsistência. Os habitantes da floresta a veem como sua morada e de seus ancestrais, como um ambiente conhecido e acolhedor, objeto de seu saber e de suas crenças, fonte de sua subsistência (RÊGO, 1999).

A agricultura familiar insere-se naturalmente neste contexto e a pluriatividade agrícola torna-se essencial para a manutenção da renda familiar durante todo o ano, uma vez que a sazonalidade da produção exige a combinação de diversas atividades para garantia do sustento familiar e da unidade produtiva.

A combinação de múltiplas atividades em uma área de terra de pequeno porte causa agressões de menor impacto e dispersas no ambiente. Noda et al. (2002), mostram que a exploração agropecuária de grande porte se baseia na racionalidade produtiva em escala, necessitam de ambientes totalmente modificados, de onde se retiram toda a cobertura vegetal para adaptá-lo e sistematizá-lo a mecanização e ao monocultivo. Ressaltam ainda que os impactos causados pela agricultura familiar são muito menores, considerando que precisa otimizar os recursos disponíveis, uma vez que os recursos obtidos fora do sistema produtivo são de difícil acesso.

Ao estudar-se o agroextrativista na Amazônia tem-se que entender que toda a população que vive longe dos centros urbanos é ao mesmo tempo agricultora e extrativista. O extrativismo está na cultura, no modo de viver do povo amazônico. A sua sobrevivência depende da caça, da pesca e da coleta de frutos, sementes, cipós, madeira e demais matérias primas que ele encontra na região e do cultivo de gêneros alimentícios, com destaque para a mandioca que o supre de farinha e fécula, base de sua dieta alimentar e do sítio nos arredores da residência que supre a família de alimento e medicamentos naturais. Noda et al. (2001) coloca que os sítios ou terreiros baseiam-se na biodiversidade natural, envolve o manejo de árvores, arbustos e ervas de usos múltiplos, bem como a criação de animais de pequenos portes, é um espaço privilegiado de socialização familiar.

Uma preocupação é que muitas das populações tradicionais, incluindo índios, ribeirinhos e caboclos, por se manterem em ambientes isolados muitas vezes não possuem informações suficientes para avaliarem o interesse comercial e financeiro da indústria mundial em seu conhecimento sobre o uso da floresta, em benefício próprio, por esse motivo tornem-se alvos do assédio e/ou exploração nacional e internacional.

A inserção na economia global altera profundamente estas relações, o acesso a bens, ao consumismo, ao capitalismo, na produção as exigências quanto a prazos, qualidade, quantidade muda a forma de interação com a floresta e as formas de trabalho e comercialização da produção.

Por meio do agro extrativismo, o homem amazônico insere-se na economia global como fornecedor de matéria prima para uma cadeia produtiva que atende a uma demanda exigente em diferentes pontos do planeta. Com isso, ele passa a sofrer pressões que alteram a sua percepção colocando-o dentro de uma nova realidade que o torna cada vez mais especializado e dependente do sistema capitalista, modificando a sua visão de mundo, os seus costumes, a cultura e o modo de viver e relacionar-se em sociedade.

Na Comunidade Santo Antônio do Abonari em Presidente Figueiredo no Amazonas, este cenário se repete, no entanto, a inclusão de uma mini usina beneficiadora do óleo de buriti em 2004 inseriu os produtores rurais na cadeia produtiva de biocosméticos e trouxe modificações na formação de renda e na produção desta comunidade.

O debate acadêmico sobre o desenvolvimento sustentável é amplo e evolutivo. Inclui vertentes sociais, econômicas e ambientais que perpassam a produção industrial, o mercado consumidor e o agroextrativismo, ressaltando o caráter sistêmico e complexo que entrelaça estas questões. Entre as mudanças desencadeadas por este debate ressalta-se o comportamento do consumidor que passa a exigir das empresas produtoras e

vendedoras posturas de defesa ao meio ambiente, incluindo a prática da coleta ou produção de matéria prima, processo de industrialização, distribuição, comercialização e descarte. Um mercado que incorporou rapidamente esta tendência como diferencial competitivo ou apelo de mercado foi o setor de cosméticos.

Este fato mudou sua base produtiva, substituindo produtos químicos por matérias primas naturais, como ceras, corantes, óleos essenciais e óleos vegetais. A principal medida foi a utilização de insumos provenientes da natureza que possibilitasse a inclusão de populações locais e reduzisse a poluição e a produção de carbono no processo. Outro ponto utilizado como apelo de mercado para a extração de óleos vegetais é sua qualificação como recurso renovável, podendo ser utilizado indefinidamente, desde que se respeite sua capacidade de suporte e reprodução biológica dentro do sistema em que se insere.

Este interesse vem gerando um novo cenário produtivo regional no Estado do Amazonas que possibilita a inclusão das populações rurais na cadeia produtiva de cosméticos. Os insumos utilizados milenarmente pelos amazônicas passam a compor produtos cosméticos artesanais e posteriormente são incorporados a indústria regional, nacional e internacional de cosméticos.

OBJETIVO DO TRABALHO

Desta forma, por meio do agroextrativismo, o homem amazônico insere-se na economia global como fornecedor de matéria prima para uma cadeia produtiva que atende a uma demanda exigente em diferentes pontos do planeta. Com isso, ele passa a sofrer pressões que alteram a sua percepção colocando-o dentro de uma nova realidade que o torna cada vez mais especializado e dependente do sistema capitalista, modificando a sua visão de mundo, os seus costumes, a cultura e o modo de viver e relacionar-se em sociedade. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar o contexto de uma agroindústria no cenário rural amazônico a partir da introdução da mini usina de beneficiamento do óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari.

MATERIAIS E MÉTODOS

Apoiando-se em Sachs (2002) tem-se que o estudo da sustentabilidade deve ter três pilares básicos que são o social, o econômico e o ambiental. Portanto, em um estudo sobre questões permeadas por essa temática, deve utilizar ferramentas que sejam capazes de capturar observações sob estas três óticas nas fases distintas da pesquisa como apresentado e detalhado na Figura 1.

Desta forma, esta pesquisa caracterizou-se como Estudo de Caso tendo como objeto de estudo a inserção da produção de óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari, onde se buscou analisá-la de forma sistêmica e complexa, com um olhar holístico dentro da realidade em que se insere. Yin (2010) coloca o estudo de caso como uma investigação empírica que se aplica ao estudo de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, o que se coaduna a este caso.

Foi realizado um estudo da bibliografia existente com o intuito de conhecer o debate acadêmico sobre a temática e contrapô-lo à realidade estudada. As principais fontes de pesquisa foram livros, teses, dissertações, revistas indexadas, artigos científicos, entre outros. Em complemento à pesquisa bibliográfica, realizou-se a pesquisa de campo para coleta de dados relacionados ao estudo de caso.

Na pesquisa de campo, as técnicas de observação (participativa ou não participante) e a entrevista foram instrumentos primordiais em todas as fases de busca de informações complementares para uma maior compreensão da realidade estudada, com a interação direta com os agricultores familiares.

Todas as atividades da coleta, produção da polpa e do óleo de buriti foram acompanhadas, observadas, registradas e as informações sistematizadas em diários de campo de modo a servir de banco de dados para as análises de cada um destes processos.

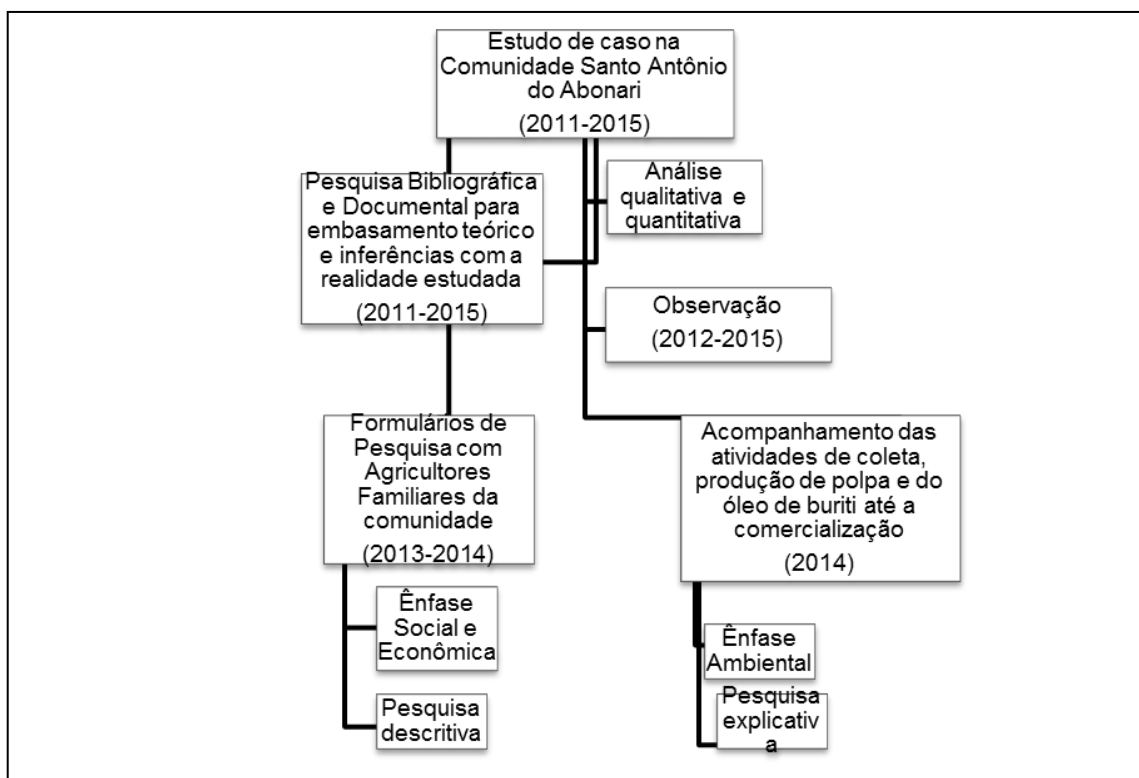


Figura 1: Organograma das atividades executadas. Período: 2011-2015.

A natureza da pesquisa foi qualitativa, uma vez que buscou entender a realidade estudada, suas manifestações e relações intrínsecas, de modo a identificar dentro da complexidade desta problemática, as interações sociais, econômicas e ambientais que foram desencadeadas a partir da inserção da atividade de produção do óleo de buriti. Neste sentido, Minayo (1993) coloca que qualquer investigação social deveria contemplar o aspecto qualitativo, uma vez que o objeto das ciências sociais, o sujeito do estudo é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade Santo Antônio do Abonari caracteriza-se como uma localidade rural, no município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, com acesso pelo Ramal da Serragro na BR 174, a 200 quilômetros da Capital Manaus.

Em meados da década de 1970 chegaram os primeiros moradores, juntamente com BEC- Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, vieram trabalhar com a empresa SERRAGRO na retirada da madeira da área onde seria aberta a BR 174 e em seus arredores. Com o termino da atividade alguns moradores preferiram ficar na localidade, levaram a família e começaram as primeiras unidades produtivas.

A comunidade localiza-se em área limítrofe com a terra indígena Wamiri Atroari e isto delimita sua área de expansão para o norte e atividades como a caça e a pesca aos limites da própria comunidade.

A estrutura da comunidade é dendrítica, formada por um ramal principal, o Serragro e por 3 vicinais, nomeada numericamente de acordo com sua posição ao longo do ramal. As construções são de um único piso, com tamanhos variáveis, encontram-se construções de madeira, de alvenaria, mas em sua maioria são mistas, em uma combinação de piso de alvenaria e paredes de concreto. Na comunidade residem cerca de 60 famílias oriundas de diversas regiões do país e do estado.

A comunidade possui uma associação comunitária – ABORITI – Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari, que começou a ser formada em 1990 e formalizou-se em 11/05/1994. Em 2003/2004 a comunidade

foi contatada pela empresa CHRODA da Amazônia para a produção de óleo de buriti para abastecimento das indústrias de cosméticos da região Sudeste do país e para o exterior. O maquinário foi comprado por um empréstimo a fundo perdido pelo governo estadual e a UFAM (Universidade Federal do Amazonas) ofereceu assistência na implantação e capacitação dos comunitários para operar a mini usina.

Na comunidade Santo Antônio do Abonari observa-se elementos de típicas propriedades rurais do Amazonas. Ao redor das casas encontram-se plantações de árvores frutíferas com o objetivo de alimentação da família e criação de animais de pequeno porte como galinhas, patos, perus e porcos. Esta área é chamada pelos agricultores de sítio. Estes animais atendem ao consumo das famílias e também podem ser vendidos, servindo como poupanças para necessidades eventuais.

A produção local principal é a agrícola com produtos como a mandioca, a banana, o cupuaçu, a laranja e o maracujá. A mandioca é beneficiada e transformada em farinha e as frutas são processadas e tiradas a polpa para venda a indústria de alimentos, principalmente para a produção de sorvetes e picolés em Manaus. O extrativismo também é comum nesta comunidade. Os principais produtos são o buriti para a indústria de cosméticos e de sorvete. O açai e o patoá também são extraídos e vendidos nas feiras da capital ou consumidos na própria comunidade.

A extração do buriti ocorre no período de fevereiro a agosto, no início da safra, quando a quantidade ainda é irregular os comunitários retiram a polpa e vendem para a indústria de sorvete em Manaus. Quando a produção aumenta e se estabiliza, os comunitários se mobilizam, pedem assistência da Prefeitura do Município de Presidente Figueiredo para o transporte das sacas da fruta e para reparos na planta de produção de óleo instalada na associação comunitária.

O óleo precisa ser processado rapidamente após a colheita, pois uma vez armazenados os frutos amadurecem em um período de 12 a 24 horas após a retirada da árvore, o que aumenta a acidez no óleo desvalorizando e dificultando a venda deste produto.

De um modo geral, os comunitários afirmam que a venda do buriti para a produção do óleo é relevante para as famílias, no entanto, não supera a venda de outros produtos. A produção da farinha de mandioca gera rendas que se equiparam com a do buriti e em alguns casos superam o montante desta última. A renda do óleo de buriti é incorporada a renda da unidade produtiva com as demais rendas para compra de mantimentos e manutenção da propriedade.

Desta forma, embora seja importante para o orçamento familiar a renda oriunda da produção do óleo do buriti não se diferencia das demais quanto a destinação e composição da renda da comunidade Santo Antônio do Abonari, representando em média R\$ 150,00 mensais e R\$ 1.000,00 anuais considerando todo o período da safra. Vale ressaltar que para algumas famílias esse valor pode dobrar ou tornar-se menos significativo não ultrapassando R\$ 300,00 mensais. Esta variação é influenciada pelo tamanho da propriedade e/ou quantidade de buritizeiros na mesma e interesse familiar em participar da produção do óleo de buriti.

RESULTADOS OBTIDOS

A Comunidade Santo Antônio do Abonari, em Presidente Figueiredo – AM, a Abonari caracteriza-se como uma área de produção rural com tamanhos que variam de 25ha a 50ha, na qual se praticam a pluriatividade agrícola e familiar. A produção de buriti nesta Comunidade sempre foi expressiva e destacou-se no município de Presidente Figueiredo. No entanto, este fruto tradicionalmente tinha como destino principal consumo interno, as fábricas de sorvete e feiras da capital Manaus. Desde 1992 a comunidade já trabalhava com a venda do buriti, quando comercializava em média de 1.000 (mil) sacas de 50 quilos de buriti in natura por safra.

Em 2002 (Figura 2), a empresa C, localizada no Polo Industrial de Manaus, estava em busca de uma localidade onde a produção de buriti fosse abundante para suprir sua demanda por óleo de buriti e atender a clientes produtores de cosméticos. Durante visita à Secretária de Ação Comunitária de Presidente Figueiredo recebeu a indicação da comunidade Santo Antônio do Abonari como maior fornecedora do fruto no município. E assim a comunidade foi identificada como produtora potencial.

No início da operacionalização das atividades, a empresa buscou uma parceria para o fornecimento de polpa seca, um processo artesanal muito simples que rapidamente foi assimilado pela comunidade. Nos anos de 2002 e 2003, o processo consistia na colheita dos frutos, retirada da polpa e secagem ao sol em lonas. No terceiro ano em 2004, o processo produtivo teve um incremento, passou-se a exigir que a polpa seca fosse peneirada antes da entrega para retirada da casca e demais resíduos.

O projeto começou a desenvolver-se e outras parcerias foram surgindo e auxiliando em sua execução do mesmo. Em 2005, foi necessário montar uma estrutura que possibilitasse a extração do óleo do buriti e a capacitação dos comunitários para operar as máquinas. O CDH - Conselho de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas com recursos do FDH - Fundo de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas financiou R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) a fundo perdido, que foram utilizados para a compra dos maquinários e de equipamentos. No ano de 2005, houve ainda a Certificação SmartWood.

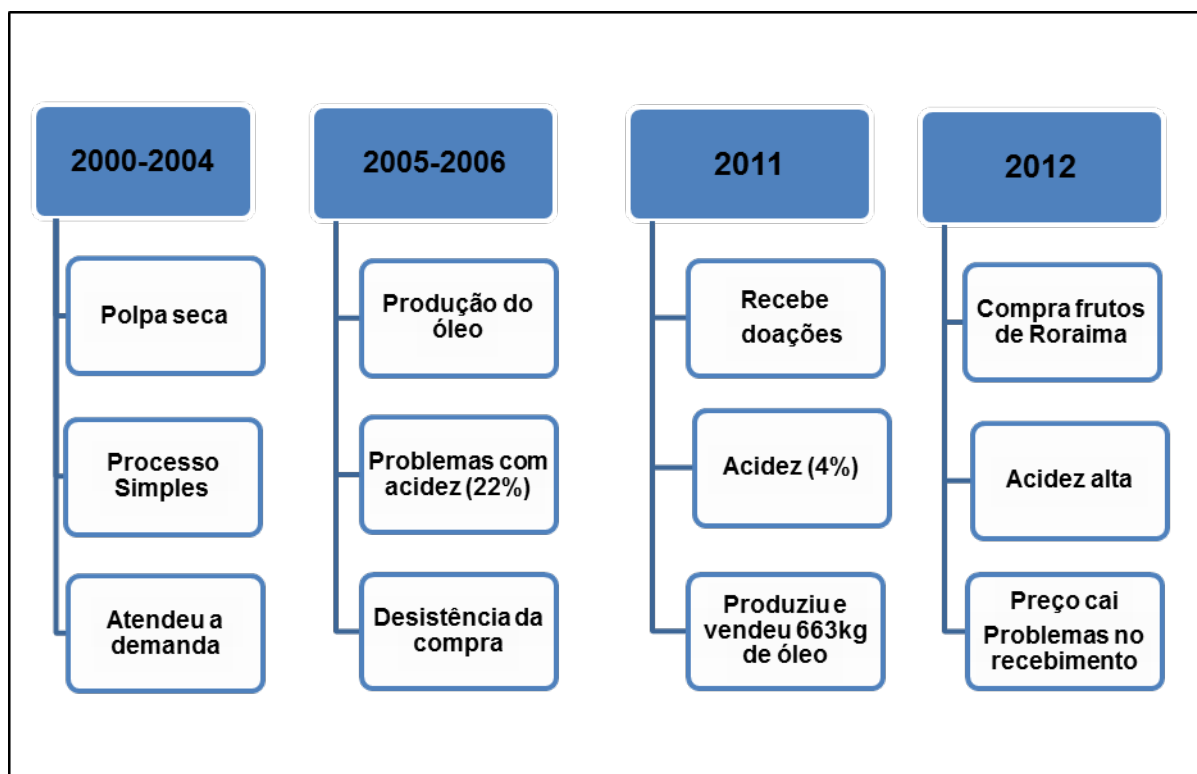


Figura 2: Sequência dos processos produtivos desenvolvidos na mini usina da Associação ABORITI.

Os problemas iniciam-se a partir de 2006, quando a produção de polpa é substituída pela de óleo de buriti. Nesta fase, embora inicialmente, tenha havido um grande engajamento pelos órgãos municipais e estaduais e a Associação tenha sido certificada ambientalmente pela SMARTWOOD, também as máquinas tenham sido instaladas e ainda a empresa C tenha acompanhado todo o processo, muitos aspectos foram ignorados. Este foi o contexto geral que levou a interrupção da atividade, em 2007, consequentemente, resultando na perda de todo esforço empreendido.

Neste momento, a comunidade formada por agricultores familiares realizou sua primeira produção industrial. Eles nunca tinham fornecido ou se relacionado com indústrias especializadas. A maioria deles não possuía o ensino fundamental ou conhecimento das dinâmicas industriais e não estavam preparados para o contato com o mercado competitivo que exige normas de qualidade e especificações técnicas quanto ao produto a ser entregue.

Após a produção dos 350 quilos de óleo solicitados pela empresa C, o Sr. J. D., diretor da empresa, levou uma química para analisar o óleo produzido, o que causou surpresa aos comunitários. A mesma constatou uma acidez de 22% no produto, levando a empresa à desistência da compra, uma vez que a acidez máxima aceita pela empresa seria de 10%.

Desta forma, a empresa C inviabilizou todo o processo, faltou com comprometimento e responsabilidade social. A comunidade foi abandonada com toda a produção e seus compromissos para com os comunitários que se envolveram no processo produtivo. Esta atitude causou espanto e indignação na comunidade que não aceitou este posicionamento. Iniciou-se assim, o processo de rompimento do vínculo na parceria Empresa C - Abonari e de desmotivação dos comunitários em participar do projeto.

Neste processo de inserção da comunidade Santo Antônio do Abonari, observa-se um despreparo e um desconhecimento dos gestores da empresa C quanto a este tipo de projeto, considerando que uma empresa transforma agricultores familiares em seus fornecedores. É preciso reconhecer o fato destas comunidades de agricultores necessitarem de legislação para sua proteção e da biodiversidade envolvida nos processos produtivos. E mais, necessitam de assessoramento técnico participativo para não ocorrerem problemas quanto a prazo e qualidade. Devem também, estarem amparados por contratos justos de acordo com a legislação vigente. Para incluir estas sociedades em suas cadeias produtivas, as empresas precisam se conscientizar sobre a responsabilidade social e a ética necessária para gerir estas relações.

Após a quebra do acordo verbal, a Associação precisou recorrer aos órgãos públicos para recuperação de parte do trabalho aplicado e para garantir que recebimento do valor prometido fosse pago pela empresa. O restante a ser recebido foi doado pela Prefeitura Municipal para pagamento das despesas realizadas durante a produção. Após esta ocorrência, os comunitários encerram a atividade por quatro anos.

Somente em 2011, quando o Sr. J.G. torna-se presidente da comunidade e busca parcerias, reinicia-se o processo de reativação da produção de óleo de buriti. Neste estágio, precisaram buscar novos consumidores e o processo se modificou. Contaram com o apoio e incentivo de um professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas que havia participado da implantação da mini usina, e de um candidato a prefeito de Presidente Figueiredo, ambos se tornaram fundamentais para a ligação entre a comunidade e o mercado comprador, fornecendo inclusive aporte financeiro para o capital de giro inicial, no montante de R\$ 20.000,00. Com este novo impulso, a Associação se reorganizou e retomou a produção, cuja soma foi de 663 quilogramas de óleo com uma acidez de 4,41%. Isso demonstra que a Associação com capital de giro, capacitação dos agricultores associados e acompanhamento está apta a produzir o óleo com a qualidade necessária. Toda a produção foi vendida, o empréstimo de R\$ 5.000,00 ao professor foi pago e o saldo líquido foi positivo em, aproximadamente, R\$ 12.000,00 (doze mil reais). No entanto, não conseguiram saldar o empréstimo de R\$ 15.000,00 com o candidato a prefeito. Como agravante, naquele exercício foram apresentadas duas prestações de contas: em uma os custos totalizaram R\$ 20.216,30 e em outra totalizou R\$ 26.462,30. Em nenhum dos casos os valores aferidos com a venda seriam suficientes para cobrir os custos de produção e a quitação do empréstimo.

Na safra de 2012, o óleo produzido não pode ser comercializado pelo preço de mercado, pois no período de entressafra a comunidade comprou buriti de comunidades do Estado de Roraima e pela demora na entrega, houve aumento da acidez no produto final. O óleo de buriti foi vendido para uma empresa sediada no estado do Pará, este foi enviado pelo porto de Manaus e o montante total auferido pela Associação foi R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais). Na transação ocorreram problemas de comunicação, os associados afirmam que a empresa agiu de má fé, pois quando recebeu a remessa, negou-se a realizar o pagamento. Após um período de negociações a empresa propôs um pagamento em prestações de R\$ 500,00, o que levou todo o ano de 2014 para integralizar a soma total da dívida.

Com isto, pode-se verificar mais uma vez as fragilidades da Associação frente a um mercado competitivo, com empresas em cidades distantes e sem ferramentas eficientes de controle e de cobrança resultou em comprometimento financeiro e, conseqüentemente, em falta de recursos disponíveis para prosseguir com as atividades. Mais uma vez, as empresas compradoras comportaram-se dentro da lógica de mercado, que busca a otimização dos resultados financeiros, e fora dos padrões éticos, pois quebraram acordos comerciais verbais e aproveitaram-se do isolamento e dificuldade de acesso a instrumentos de cobrança por parte dos agricultores fornecedores para adiar pagamentos e a beneficiar-se indevidamente da situação.

A inserção da Comunidade Santo Antônio do Abonari na cadeia produtiva de biocosméticos trouxe aos produtores rurais uma nova realidade, onde a máquina e os prazos passaram a influenciar o seu modo de produzir e de relacionar-se. A coleta deve ser feita no momento em que a associação tem disponibilidade para

receber e processar os frutos, mas também deve atender ao processo natural de amadurecimento do fruto, uma vez que este estágio é essencial para a qualidade e, conseqüentemente, para a comercialização e valorização do produto final.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

A Comunidade Santo Antônio do Abonari, em Presidente Figueiredo – AM, foi inserida na cadeia produtiva de cosméticos, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida desta população e manutenção de seus recursos naturais. Desta forma, o processo de inserção desta comunidade em um mercado global e o desenvolvimento desta atividade deve ser analisado e compreendido como forma de contribuir para o debate acadêmico sobre a sustentabilidade dessas ações. Para se avaliar a sustentabilidade de determinada atividade não basta analisar-se apenas os impactos ambientais e/ou a capacidade de suporte e regeneração do sistema, a viabilidade econômica ou ainda retorno social. É necessário que esta atividade possa se manter e reproduzir de forma contínua e equilibrada ao longo tempo (Figura 3).

A produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari, em um olhar superficial pode ser considerada como uma vocação regional, como fator de desenvolvimento endógeno. No entanto, ao se analisar mais profundamente, observa-se que, tradicionalmente, a comunidade já se relacionava com as indústrias de sorvete da cidade de Manaus, as quais consegue acessar facilmente e manter um relacionamento até os dias atuais. Ao contrário do que ocorria com a indústria de cosméticos, visto que está se encontra muito distante da comunidade.

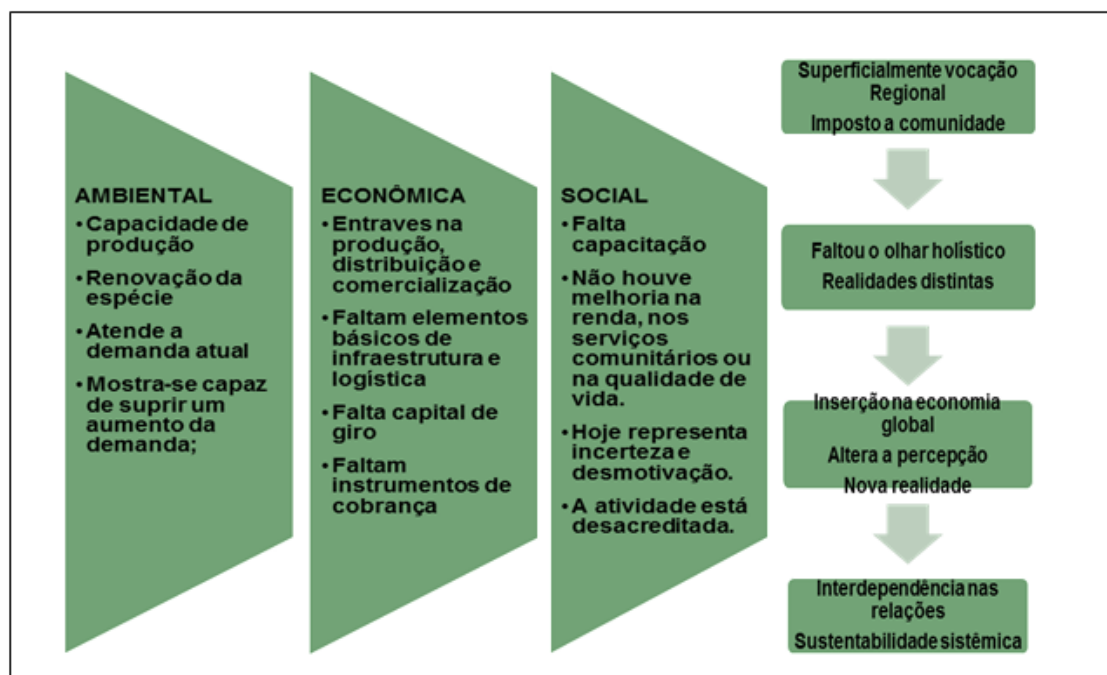


Figura 3: Sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção de óleo de buriti pela Associação ABORITL.

Desta forma, observa-se que quanto à sustentabilidade ambiental, se considerarmos a capacidade produtiva dos buritizeiros, constata-se que capacidade de coleta dos associados, frente à quantidade de buritis da região é muito pequena, não representa potencial impacto à regeneração da espécie (SMARTWOOD, 2005).

Em relação à viabilidade econômica da produção de óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio de Abonari para fins comerciais foram observados entraves na produção, distribuição e comercialização do óleo de buriti. Para que o processo produtivo de óleo para comercialização tenha continuidade há necessidade de mais capital para financiar o pagamento dos funcionários, o transporte da produção e até mesmo para compra de matéria-

prima. A viabilidade econômica somente poderá ser verificada quando houver a capacidade de pagamento de todos os custos, remuneração do capital investido e, ainda, garantir uma margem de lucro.

Constatou-se que faltam elementos básicos de infraestrutura e logística para a produção e comercialização do produto. Não há na comunidade nenhum meio de comunicação confiável, portanto um dos problemas graves é o isolamento. Desta forma, a comunicação com as empresas compradoras torna-se praticamente impossível e deixa a associação dependente de terceiros que vivem fora da comunidade para negociar a sua produção.

Dentre os fatores a serem considerados, a capacidade de gestão é outro fator preocupante. As decisões e prestações de contas simples são dominadas por alguns associados, mas quando ocorre alguma complexidade, como negociações de prazos e principalmente a resolução de conflitos internos, percebe-se deficiências que podem gerar problemas à produção e comercialização do óleo de buriti e principalmente a harmonia social da comunidade. A falta de controle sobre os gastos e a dificuldade de comercialização do produto levaram ao esgotamento do capital de giro, deixando a associação sem condições de reiniciar as atividades na safra seguinte.

Os ganhos que poderiam fomentar o crescimento de outras atividades como pequenos comércios ou prestação de serviços não se realizaram. A qualificação profissional mínima nestes casos não aconteceu como deveria, por falta de oferta de cursos solicitados pela comunidade como o de contabilidade básica e controladoria financeira ou ainda por falta de quórum em cursos ofertados pela prefeitura do município.

A produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari, em um olhar superficial pode ser considerada como uma vocação regional, como fator de desenvolvimento endógeno. No entanto, ao se analisar mais profundamente, observa-se que, tradicionalmente, a comunidade já se relacionava com as indústrias de sorvete da cidade de Manaus, as quais consegue acessar facilmente e manter um relacionamento até os dias atuais. Ao contrário do que ocorria com a indústria de cosméticos, visto que está se encontra muito distante da comunidade.

A identificação da comunidade, a inserção da atividade não foi algo que surgiu de um anseio ou necessidade desta população, mas veio para atender a uma necessidade de matéria-prima da indústria, de uma empresa específica. A busca pelo apelo da sustentabilidade levou a necessidade do emprego de materiais naturais, sem agressão à natureza e com o discurso de melhoria de vida das populações que foi aplicado neste caso, mas não se buscou entender a necessidade destas pessoas, não se pensou nos impactos que teria sobre suas vidas ou de buscar-se por formas que pudessem oferecer um benefício permanente e sustentável.

A introdução de uma comunidade rural na cadeia produtiva de uma grande e competitiva indústria, como a de cosméticos deve ser pensada de forma holística e sistêmica. Holística, porque é necessário pensar na comunidade ao se relacionar com o todo, ou seja, com a indústria competitiva global e como esta indústria vai se relacionar com a comunidade. Como estas vão formar um mesmo sistema, mesmo vivendo realidades tão distintas.

O caráter sistêmico da sustentabilidade é algo que quando percebido pelas sociedades aumenta a sinergia entre as ações governamentais, institucionais e sociais. O entendimento da interdependência e da fragilidade dos organismos individuais dentro das variações de seu ecossistema mostra-se essencial para a mudança de comportamento e quebra de paradigmas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de utilizar os potenciais ou vocações regionais como diferenciais competitivos para o desenvolvimento regional, no caso da Comunidade Santo Antônio do Abonari não vislumbrou as dificuldades em se atender às especificidades técnicas de indústrias globais em uma localidade distante dos grandes centros, com pouca infraestrutura e mão de obra não especializada para a produção e relacionamento com o mercados, este contexto levou ao rompimento e estagnação da atividade.

A implementação da mini usina de processamento de polpa e de óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari trouxe mudanças na vida, na renda e na produção dos agricultores. Além da venda do fruto do

buriti à associação, o trabalho na produção da polpa e do óleo garante uma renda extra fora da unidade produtiva. Desta forma, a produção do óleo do buriti é importante como fonte de renda e geradora de empregos para a comunidade.

A inclusão de comunidades amazônicas na cadeia produtiva de produtos industrializados costuma ser defendida como opção de desenvolvimento sustentável para estas comunidades e para melhoria do processo produtivo como um todo pela redução de bases químicas e do uso de fontes de matérias-primas ecológicas. No entanto, a experiência mostra que, em muitos casos, a atividade é iniciada e posteriormente abandonada pelas empresas prospectoras. A ideia de utilizar os potenciais ou vocações regionais como diferenciais competitivos para o desenvolvimento regional, no caso da Comunidade Santo Antônio do Abonari não vislumbrou as dificuldades em se atender às especificidades técnicas de indústrias globais em uma localidade distante dos grandes centros, com pouca infraestrutura e mão de obra não especializada para a produção e relacionamento com o mercados, este contexto levou ao rompimento e estagnação da atividade.

Depreende-se, portanto, que as empresas precisam buscar formas de relacionar-se com estas comunidades, oferecendo não apenas máquinas e equipamentos, mas capacitação técnica, administrativa e financeira, acompanhando o processo nas fases iniciais, de forma a criar um vínculo com a comunidade, uma relação de confiança que permita a interação e a troca de experiências e conhecimentos para que quando surgirem os entraves ou dificuldades possam ser resolvidos em parceria, reduzindo as diferenças entre a lógica do agricultor familiar e a cultura organizacional do mundo empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. HALL, S. Identidade cultural na pós-modernidade. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 1997.
2. MINAYO, Maria C. S. O Desafio do Conhecimento. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.p.22.
3. NODA, Sandra N., et al. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, A.C. MOREIRA, A.C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.
4. NODA, S. N. et al. Papel do processo produtivo tradicional na conservação dos recursos genéticos vegetais. In: RIVAS, A.; FREITAS, C. E. C. Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar. Manaus: Universidade do Amazonas, 2002. p. 155-178.
5. REGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoeextrativismo. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 25, n.147, p. 62-65, mar. 1999.
6. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
7. SMARTWOOD. Programa SmartWood e Imaflora - Relatório de Auditoria Anual de MF - Abonari. Certificado no: SW-FM/COC-NTFP1536. Data da Certificação: 9 de junho, 2005.
8. YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.